



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

CONTRATO MINUTA 21719414

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A União **por intermédio da JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM GOIÁS**, com sede na Rua 19, n. 244, Centro, Goiânia-GO, CEP 74.030.090, inscrita no CNPJ sob o nº 05.439.950/0001-30, neste ato representada pelo Diretor do Foro XXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a, inscrita(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediada(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 0010688-88.2023.4.01.8006 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 11.462/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../... e da Ata de Registro de Preços nº xxx/xxxx, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



Documento assinado eletronicamente por **Nagella Mendes de Queiroz, Auxiliar Judiciário**, em 18/11/2024, às 15:12 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **21719414** e o código CRC **77E2BD9E**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de MATERIAL DE COPA E COZINHA para atender às solicitações da Justiça Federal de Primeiro Grau em Goiás, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CATMAT	CÓD. SICAM	UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO GERENCIADOR	TOTAL
					JFGO	
					QTDE	
1	Açucareiro em aço inox linha hotel material: aço inoxidável capacidade mínima: 350 g características adicionais: com tampa e colher em aço inoxidável	393509	3021002001	UN		
2	Suporte dispensador para copo descartável de 200 ml, capacidade mínima para 100 copos, com trava e alavanca de acionamento e sistema poupa copo capaz de liberar apenas um copo de cada vez, confeccionado em plástico de cor branca e com tubo para copos transparente, com todos os acessórios para instalação. marca/modelo de referência: Dixie (sugestão para melhor compreensão da descrição do objeto, lei 14133/21, art. 41, i, d)	355929	3021005002	UN		
3	Colher café inox, comprimento 95 mm, largura 22mm, altura 11mm, bordas arredondadas. Marca de referência: Tramontina linha laguna ou similar com a mesma qualidade. (sugestão para melhor compreensão da descrição do objeto, lei 14133/21, art. 41, i, d)	247549	33021009001	UN		

4	<p>Garfo para sobremesa inox, bordas arredondadas, dentes polidos na face interna, comprimento mínimo 167mm, largura mínima 20mm, altura 16mm.</p> <p>Marca de referência: Tramontina linha laguna ou similar com a mesma qualidade. (sugestão para melhor compreensão da descrição do objeto, lei 14133/21, art. 41, i, d)</p>	327834	3021009006	UN		
5	<p>Colher para sobremesa inox, bordas arredondadas, comprimento mínimo 165mm, largura mínima 38mm, altura 19mm.</p> <p>Marca de referência: Tramontina linha laguna ou similar com a mesma qualidade. (sugestão para melhor compreensão da descrição do objeto, lei 14133/21, art. 41, i, d)</p>	328113	3021009008	UN		
6	<p>Faca para sobremesa inox, comprimento mínimo 183mm, largura mínima 17mm, altura 3mm.</p> <p>Marca de referência: Tramontina linha laguna ou similar com a mesma qualidade. (sugestão para melhor compreensão da descrição do objeto, lei 14133/21, art. 41, i, d)</p>	269036	3021011005	UN		
7	<p>Prato para sobremesa, louça de qualidade superior, branco, sem estampas, linha hotel, diâmetro mínimo de 20cm.</p>	294213	3021017010	UN		
8	<p>Xicara em porcelana, com pires, para café, capacidade mínima 80 ml, louça de qualidade superior, cor branca uniforme, sem estampas, bolhas, manchas, irregularidades na superfície, linha hotel</p>	240340	3021018001	UN		
9	<p>Xicara em porcelana, com pires, para chá, capacidade mínima 200 ml, louça de qualidade superior, cor branca uniforme, sem estampas, bolhas, manchas, irregularidades na superfície, linha hotel.</p>	220126	3021018002	UN		
10	<p>Copo de vidro long drink, capacidade mínima de 330 ml, diâmetro 6,6cm, altura 140cm, peso 0,26kg. superfície lisa e parede grossa, transparente e incolor, sem bolhas.</p> <p>Características adicionais: medidas aproximadas, dimensões podem variar para maior.</p> <p>marca / modelo de referência: nadir figueiredo modelo SM brooklin 330ml ref. j256 ou Nadir figueiredo modelo Cylinder 350ml ref. 7600 ou nadir figueiredo modelo bar ld 390ml ref. 102603103 ou cisper manhattan 330ml ref 613-23 (sugestão para melhor compreensão da descrição do objeto, lei 14133/21, art. 41, i, d)</p>	267858	3021018009	UN		
11	<p>GARFO DE MESA INOX, COMPRIMENTO MÍNIMO 193MM, LARGURA MÍNIMA 23 MM, ALTURA 19MM, BORDAS ARREDONDADAS, DENTES POLIDOS NA PARTE INTERNA.</p> <p>Marca de referência: Tramontina linha laguna ou similar com a mesma qualidade. (sugestão para melhor compreensão da descrição do objeto, lei 14133/21, art. 41, i, d)</p>	247775	3021018010	UN		
12	<p>FACA DE MESA DE AÇO INOX, COMPRIMENTO MÍNIMO 212MM, LARGURA MÍNIMA 19 MM, ALTURA 3MM, AÇO INOX TEMPERADO.</p> <p>Marca de referência: Tramontina linha laguna ou similar com a mesma qualidade. (sugestão</p>	270149	3021018011	UN		

	para melhor compreensão da descrição do objeto, lei 14133/21, art. 41, i, d					
13	Colher de mesa inox, comprimento mínimo 190mm, largura mínima 43mm, altura 21mm. Marca de referência: Tramontina linha laguna ou similar com a mesma qualidade. (sugestão para melhor compreensão da descrição do objeto, lei 14133/21, art. 41, i, d	274113	3021018012	UN		
14	Prato raso de mesa, diâmetro mínimo de 26cm, louça de qualidade superior, 1ª linha, cor branca uniforme, sem estampas, bolhas, manchas, irregularidades na superfície, linha hotel.	460818	3021018013	UN		
15	Refil original modelo flex para purificador de água libell características: - refil (elemento filtrante) de tripla filtragem, desenvolvido para uso com água potável, com a finalidade de reter impurezas, reduzir a concentração de cloro, odores e gostos desagradáveis e atenuar o ph (acidez) da água; - elemento filtrante em polipropileno - carvão ativado impregnado com prata coloidal - aprovação de eficiência bacteriológica.	404487	3021018018	UN		
16	Taça de vidro, haste curta para água, capacidade mínima de 320 ml, diâmetro 8,2cm , altura 14,6 cm, peso 0,16KG. Superfície lisa e parede grossa, transparente e incolor, sem bolhas. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIDAS APROXIMADAS, DIMENSÕES PODEM VARIAR PARA MAIOR. Marca /modelo de referência: NADIR FIGUEIREDO MODELO GALLANT 320ML REF.7708 OU SIMILAR DE MESMA QUALIDADE.(sugestão para melhor compreensão da descrição do objeto, lei 14133/21, art. 41, i, d) .	467162	3021018020	UN		
17	Guardanapo de papel folha simples de 220x240mm (tolerância +/- 10mm) em pacotes de 50 unidades, com as seguintes características: - papel absorvente; folha simples de alta qualidade; 100% de fibras naturais; - cor branca, não deve conter furos materiais estranhos ou sujidades - embalado em pacotes plásticos selados contendo no mínimo 50 unidades. - a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e data de fabricação; - a embalagem deverá indicar o número de unidades, comprimento e largura, em cada pacote; - as informações contidas na rotulagem devem ser visíveis a olho nu e em cor contrastante com a cor da embalagem - validade restante na entrega de, no mínimo, 18 (dezoito) meses; - deverão ser entregues para com todas as embalagens plásticas de 100 unidades acondicionadas e protegidas em caixas de papelão reforçado e bem fechadas.	392703	3021018030	PCT		
18	Garrafa térmica com tampa interna roscável (rolha), bico para servir, tampa externa de	247338	3021018031	UN		

	<p>encaixe ou roscável e alça lateral resistente para servir. características:</p> <p>- volume : 1l</p> <p>- material da ampola: vidro</p> <p>- material do corpo: polietileno ou inox</p> <p>- livre de bisfenol (bpa)</p> <p>- deve manter o café quente por no mínimo 8 horas</p> <p>- a proposta deve conter o folder do fabricante comprovando as características da garrafa ofertada-</p> <p>- Marca/modelo de referência: garrafa termica aladdin modelo 3027 continental 1l ou garrafa térmica tramontina exata 1l. (sugestão para melhor compreensão da descrição do objeto, lei 14133/21, art. 41, i, d)</p>					
19	<p>Garrafa termica com tampa de pressão (serve-jato). características:</p> <p>- volume : 1,8l</p> <p>- material da ampola: vidro</p> <p>- material do corpo: polietileno ou inox</p> <p>- todos os componentes bpa free</p> <p>- deve manter o café quente por no mínimo 8 horas</p> <p>- a proposta deve conter o folder do fabricante comprovando as características da garrafa ofertada</p> <p>- marca/modelo de referencia: garrafa térmica invicta air pot inox 1.8 litros ou garrafa termolar lumina 1,8l.(sugestão para melhor compreensão da descrição do objeto, lei 14133/21, art. 41, i, d)</p>	385399	3021018032	UN		
20	Cesto para lixo, lixeira, capacidade mínima de 30 litros, em plástico resistente, com sistema de tampa e pedal. cor: cinza, branca ou preta	424661	3021018033	UN		
21	Cesto para lixo, lixeira, capacidade mínima de 60 litros, em plástico resistente, com sistema de tampa e pedal e com segunda tampa menor tipo click. cor: cinza, branca ou preta.	367589	3021018034	UN		
22	<p>Cesto para lixo, lixeira, para uso em corredor/hall, corpo em plástico na cor preta, tampa circular aberta em aro plástico removível na cor preta, capacidade mínima de 22 litros, formato cilíndrico, altura aproximada de 50cm.</p> <p>marca/modelo de referência AISI 221 (sugestão para melhor compreensão da descrição do objeto, lei 14133/21, art. 41, i, D)</p>	273925	3021018035	UN		
44	Guardanapo de papel, na cor branca, medindo aproximadamente 33 x 31cm camada dupla, em pacote com 50 unidades.	281848	3021018058	pacote		
TOTAL						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses com início em **xx/xx/xxxx** e término em **xx/xx/xxxx**, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$...... (.....)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **03/05/2024**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de **30 dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 dias**.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
i. O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 30% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 15% do valor da parcela inadimplida.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% do valor da parcela inadimplida.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 10% do valor da parcela inadimplida.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.1.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Goiânia, Seção Judiciária de Goiás para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Juiz Federal **MARCOS SILVA ROSA**
Diretor do Foro
Pela CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Pela CONTRATADA